

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

CITÂNIA DE BRITEIROS. ALGUNS ASPECTOS ETNOGRÁFICOS E SOCIAIS DA NOSSA PROTO-HISTÓRIA.

CARDOSO, Mário

Ano: 1938 | Número: 48

Como citar este documento:

CARDOSO, Mário, Citânia de Briteiros. Alguns aspectos etnográficos e sociais da nossa Proto-História. *Revista de Guimarães*, 48 (4) Out.-Dez. 1938, p. 218-236.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Citânia de Briteiros

Alguns aspectos etnográficos e sociais da nossa Proto-história

(Continuação de pág. 169)

VII — O despovoamento dos castros

Passemos à segunda questão que interessa à vossa elementar curiosidade, e à qual se torna mais fácil responder: — *¿ Quando e por que razão deixou a Citânia de ser habitada?*

Já, por vezes, alguns visitantes da Citânia, menos iniciados nas coisas da Arqueologia, nos têm pôsto a hipótese de os restos desmoronados daquele povoado se explicarem por um abalo sísmico, que tivesse provocado tais ruínas. Não precisamos, porém, de recorrer às convulsões geológicas, aliás pouco frequentes nos terrenos graníticos do norte de Portugal, mas antes às convulsões sociais, para procurarmos as causas do abandono e da ruína da Citânia.

Quando os exércitos romanos, especialmente a expedição comandada pelo Cônsul Décimo Bruto, atingiram estas paragens montanhosas do Noroeste da Ibéria, até às margens do rio Minho, no ano 138 a. C., após a morte do caudilho Viriato ⁽⁸²⁾, fizeram uma verdadeira guerra de extermínio entre os calaicos. Diz-nos o Sr. Prof. Leite de Vasconcelos, nas suas *Religiões da Lusitânia*, reportando-se ao texto de Apiano: «As cidades (*castros*) que o General ia conquistando, revoltavam-se para logo; mas êle submetia-as de novo..... Os indígenas mostravam sempre, e por tôda a parte, a maior energia na defesa dos lares pátrios. Às vezes houve mesmo lances épicos, como no cêrco de Cin-

gínia ⁽⁸³⁾, em que os sitiados responderam arrogantemente a uma proposta de Bruto. As mulheres batiam-se arrojadamente junto dos homens, e nem um grito de desalento soltavam, em meio da carnificina das batalhas" ⁽⁸⁴⁾. Foi tão árdua a campanha e estrondosa a vitória das Águias legionárias, que o Cônsul romano recebeu o epíteto de *Calatico*.

Dêste facto é lógico deprendermos que o Romano, a quem a conquista da região dos castros tanto sangue havia custado, tratasse de destruir os meios de defesa activa das populações indígenas, uma vez obtida a submissão destas. Seriam, portanto, violentamente arrasadas as muralhas dos castros, apreendidas as armas, e dominado assim o ímpeto guerreiro dêstes povos. Mais tardê, estabelecida definitivamente a paz romana, é natural que o feroz e truculento íncola dos castros fôsse descendo à planície, abandonando a pouco e pouco os lugares altos, agrestes e incómodos, onde outrora se defendera, não só do invasor estrangeiro, mas das próprias tribus vizinhas ⁽⁸⁵⁾, e começasse trocando a áspera vida pastoril das montanhas, pela vida, mais próspera e abundante, dos campos, agricultando a terra virgem e fecunda dos vales, até então em grande parte cobertos de floresta ou denso matagal.

Uma vez abandonadas voluntariamente as citânias ⁽⁸⁶⁾ (e é conhecida a relativa facilidade com que, ainda hoje, as populações selvagens se deslocam espontâneamente, em massa, para se estabelecerem noutra local que, por qualquer circunstância, melhor lhes convém), fácil é de compreender a ruína rápida das casas desabitadas dessas mesmas citânias. Qualquer habitação desocupada, e que não seja freqüentemente reparada, entra depressa em ruína. Não é, pois, de estranhar que, em muitas dezenas de séculos, as humildes cabanas citanienses se desmorassem lentamente e ficassem reduzidas a escombros, que as poeiras, os desgastes provocados pelos agentes atmosféricos, os arrastamentos de terras pelas encostas, as águas pluviais, etc., foram soterrando, a pouco e pouco. A Citânia de Briteiros parece ter sido habitada até ao século IV da era de Cristo, se nos apoiarmos no facto de, nas escavações, ter aparecido uma moeda do tempo do

Imperador Constantino Magno. Encontra-se, portanto, deserta há mais de dezasseis séculos!

Desprezados os lugares altos, onde assentavam as citânias, novas povoações se formaram nos vales, muitas das quais deram origem às nossas vilas e cidades de hoje. Nos montes, com a propagação e consolidação do Cristianismo, surgiram em seguida as capelinhas alvejantes, a atestarem o primitivo local de um castro ou citânia, lugar de paganismo que a nova religião pretendia purificar. Na tradição popular, êsses altos ficaram conhecidos por «castelos dos mouros», «cêrcas dos mouros», «castros de mouros», etc., e também por «cidades» e «citânias». E' que, na lembrança do povo, alimentada pelas lendas e superstições, transmitidas de geração em geração, foi da última invasão do território, a dos árabes, que se manteve uma tradição mais viva. Porém, quando estes invadiram a Península, já de há muito as citânias, que o povo atribue aos mouros, se encontravam abandonadas.

VIII — A organização administrativa e militar do Noroeste da Península, ao tempo da conquista romana

Quando os Romanos irromperam nesta região, o território encontrava-se dividido em *civitates* ou *populi*, que eram restritas áreas, abrangendo determinados povos ou tribus, espécie de pequenas nações, de que o actual cantão suísso nos poderá dar uma vaga ideia. A *civitas* era, ao mesmo tempo, o agrupamento étnico, com organização política elementar e autónoma, e dividia-se, por sua vez, em áreas mais pequenas, designadas *pagi*, que ainda se subdividiavam em lugares, com o nome de *vici*.

Os romanos agruparam estas *civitates*, formando uma organização administrativa mais ampla — o *conventus*. Afirma Plínio, que o *Conventus bracarum*, na Gallaecia, possuía 24 *civitates*. Os «conventos» formavam «províncias», e estas as «dioceses». A *Diocesis Hispaniarum* compreendia a Península Hispânica, a Mauritânia e as Baleares.

O centro de defesa da *civitas* era o *oppidum* ⁽⁸⁷⁾, com sua acrópole fortificada, estabelecido na monta-

nha, atrás de cujos muros todos se acolhiam com suas riquezas, seus gados e rebanhos, em caso de guerra, e aí se defendiam tenazmente. As hostes romanas vieram assim encontrar, na sua invasão da Ibéria, um território defensivamente organizado por uma vasta rede de fortificações sucessivas, que tamanho obstáculo deviam pôr à redução definitiva do país, obstáculo cuja eficácia se pode calcular pelo exemplo formidável de Numância, que resistiu, sitiada e completamente isolada dos restantes *oppida* vizinhos, durante quatro longos meses, com os seus escassos 8.000 defensores, aos 60.000 soldados do exército de Scipião, o destruidor de Cartago! ⁽⁸⁸⁾

As citânias eram defendidas por uma, duas ou três cintas de muralhas, mais ou menos espessas e resistentes. O castro de Sabroso, por exemplo, tem apenas um circuito muralhado, mas êste, fortíssimo, com espessura superior a 4 m., por 6 a 7 m. de alto.

IX — A Citânia de Briteiros. Descrição sumária das suas fortificações e habitações

A Citânia de Briteiros apresenta-nos três círculos de muralhas, cada uma das quais tem uma espessura média de 2 metros. A interior define uma vasta elipse (que circunda o núcleo onde se encontram aglomeradas as habitações), com cêrca de 250 m. no seu eixo maior, e 150 no menor. A muralha exterior atingia um perímetro enorme, chegando os seus vestígios, pelo lado sul, quási até à povoação do Salvador de Briteiros. Estas muralhas afastavam-se entre si, nos pontos onde o declive áspero das encostas tornava naturalmente difícil o acesso do inimigo; e aproximavam-se na face mais perigosa, por menos íngreme, que fica voltada ao norte, ponto êste em que o esporão montanhoso de S. Romão se une às ramificações do maciço orográfico da Cabreira, divisórias dos vales do Ave e do Cávado. Nessa face, a uns 200 m. para N. da cintura exterior, corre ainda uma quarta muralha, no sentido E.-O., espécie de cortina defensiva, que desempenhava o papel de um reduto avançado, ou refôrço, do lado mais fraco e mais acessível ao ini-

migo, barrando a passagem numa extensão de 400 m., desde um pequeno outeiro, a N., até ao ponto onde o declive da encosta se torna mais acentuado.

Tamanha extensão de muralhas, fechando um recinto vastíssimo (facto que noutros castros por vezes se verifica), induziu alguns arqueólogos a sugerirem a hipótese de tais defesas não terem um intuito puramente militar, mas serem erguidas também para cercado de rebanhos ⁽⁸⁹⁾ e seu abrigo nocturno contra as feras, especialmente o lobo, que então seria abundante, e possivelmente o urso ⁽⁹⁰⁾. Esta hipótese, até certo ponto aceitável, tem a apoiá-la o facto de a defesa ao longo de muralhas de tamanho desenvolvimento exigir uma guarnição numerosa, por certo muito superior à população provável do respectivo castro. Mas, é fora de dúvida que estes muros tinham, principalmente, uma finalidade guerreira ⁽⁹¹⁾, e é muito natural que as populações dispersas, que vivessem em povoados abertos e indefesos, acorressem, em caso de invasão, ao centro de defesa da *civitas*, e ocupassem essas linhas de fortificações demasiado extensas para a simples população do castro. E' esta a opinião de Sarmiento ⁽⁹²⁾. O poder defensivo destas obras militares era ainda acrescido com a abertura de fossos, dos quais, na Citânia, se vêem vestígios no lado do norte, paralelos à defesa avançada de que acima falámos, e situados entre esta e o circuito muralhado exterior.

No interior do recinto que estas linhas defensivas limitavam, apinhavam-se as casotas de pedra, as humildes choças, que Martins Sarmiento nos revelou, pelos inúmeros alicerces exumados. Umas, redondas, fazendo lembrar os nossos actuais moínhos de vento, com um diâmetro interno de cêrca de 5 m., e 40 a 50 cm. de espessura de paredes; outras, rectangulares, por vezes com os cantos arredondados. No meio, um apoio de pedra onde se firmava a coluna central de madeira, que suportava o tecto cónico, e, ao pé, os vestígios da lareira, de pedra ou de barro. O solo, em geral, é térreo; raras vezes empedrado ⁽⁹³⁾. A cobertura, baixa, pousada sôbre o lintel da porta, era de colmo ⁽⁹⁴⁾, ou também de *tegulae*, nas povoações que, como a Citânia, sofreram uma romanização profunda.

Em Sabroso, apareceram muitos fragmentos de placas de xisto, que certamente eram aplicadas no tecto das casas, como ainda hoje vemos em alguns dos nossos povoados montanhese. Geralmente as cabanas não tinham janela ⁽⁹⁵⁾, mas apenas a porta que seria suficiente para a entrada da luz, embora estreita e baixa (1,50 m. de alto, por 1 m. de largo), defendida das intempéries por um alpendrezinho, cobrindo um pequeno vestíbulo. O uso do cobêrto, telheiro, varanda alpendrada, etc., na frente da habitação, ainda hoje se mantém, na nossa arquitectura rural ⁽⁹⁶⁾. Alguns dos restos de casas da Citânia não indicam sinais de porta, o que faz prever que ela se encontraria, não ao nível do solo, mas a maior altura, efectuando-se o acesso ao interior da habitação, por meio de qualquer pequena escada amovível, de madeira ⁽⁹⁷⁾.

No seio destas estreitas choças se abrigavam os nossos distantes antepassados, suportando uma vida pobre, mas forte, sadia e corajosa, numa promiscuidade quâsi animal, o chefe, a mulher, os filhos. Dormiam no chão, sôbre umas palhas, embrulhados no manto de lâ churra, escura e áspera, dispostos em volta da fogueira do lar, onde os púcaros grosseiros de argila eram aconchegados, cozendo os alimentos. Lá fora, a nortada frígida varria o monte, ou ululavam os aguaceiros, nas longas noites de inverno. No cortelho, ao lado, algumas cabeças de gado, presas a uma pedra perfurada e saliente da espessura da parede ⁽⁹⁸⁾, constituíam tôda a riqueza da família.

Não vos admireis que vos diga, meus amigos, que, ainda hoje, se vive de modo semelhante em algumas arredadas e humildes povoações montesinhas de Portugal. E não estranheis também que vos afirme que êsses pobres cabaneiros são bem mais felizes, embora o não suspeitem, na simplicidade humilde do seu viver, do que muitos habitantes das mais civilizadas metrópoles do mundo, onde a luta pela vida se opõe muitas vezes aos mais elementares deveres da solidariedade humana. A noção da felicidade é relativa, e sempre condicionada pelo grau de adiantamento de cada povo. Os nossos juízos críticos devem, portanto, reportar-se a cada meio e a cada época. Dêste modo, não será para vós pretexto de malsinação,

vergonha ou desprêzo dos nossos antepassados citanienses, o curioso quadro da sua vida selvagem e dos seus primitivos usos, que em breves palavras vou citar.

X — Usos e costumes dos habitantes dos castros

Falando de alguns habitantes da Hispânia, entre os quais dos Calaiços, diz-nos o geógrafo grego Estrabão ⁽⁹⁹⁾, que viveu nos começos da era cristã:

“Os lusitanos são peritos nas ciladas, destros e ágeis. Usam um pequeno escudo redondo e côncavo, suspenso do pescoço por correias, e uma espada curta, ou punhal ⁽¹⁰⁰⁾. Resguardam o corpo com um saio de linho, e alguns protegem-se com couraças e capacetes de couro ou de metal. Nas pernas trazem polainas. Como arma de arremêço, usam o dardo. A lança tem a cuspide, ou ponta, de bronze. Dizem que alguns dos que habitam nas margens do Douro vivem à maneira dos lacedemónios, untam o corpo, lavam-se com água fria e são sóbrios na alimentação.

Praticam sacrifícios, adivinhando o futuro e tirando preságios pela observação directa do pulsar das entranhas, e das veias das vítimas. Igualmente fazem agoiros do modo como tomba o corpo da vítima imolada, ao ser ferida pelo sacrificador. Cortam as mãos direitas aos cativos, as quais consagram aos deuses, como oferenda.

Todos estes montanhesees são frugais, bebem água das fontes e dormem no chão. Deixam crescer os cabelos, como as mulheres, mas combatem com êles presos por uma fita, cingindo a fronte. A sua alimentação é, em geral, a carne das cabras. Ao seu deus da guerra sacrificam bodes, cavalos e os próprios prisioneiros ⁽¹⁰¹⁾. Praticam hecatombes, ao modo grego, imolando vítimas às centenas.

Organizam jogos e festas, nas quais põem à prova as suas aptidões e destreza na equitação, no pugilato, nas corridas, nas lutas com armas, etc.

Durante duas têtças partes do ano comem bolota ⁽¹⁰²⁾ torrada e moída, reduzindo-a a farinha, com a qual fabricam pão ⁽¹⁰³⁾, que constitue uma reserva alimentícia. Também preparam certa bebida fermentada,

semelhante a cerveja. O vinho é raro, e o pouco que colhem consomem-no depressa, nos banquetes familiares. Usam a manteiga, em vez do azeite. Comem sentados em bancos, junto às paredes das casas (¹⁰⁴), sendo os lugares oferecidos primeiramente às pessoas de mais avançada idade e de maior categoria. A comida vai passando de mão em mão, em tôda a volta. Servem-se de vasos de madeira, como os Celtas. Quando bebem, dançam e cantam, ao som da flauta e da buzina, e dão grandes saltos, com o tronco direito e dobrando as pernas pelos joelhos, ao caírem. Os bastetanos executam danças de roda, homens e mulheres de mãos dadas. Usam um manto preto, o *sagum*, e com êle se cobrem quando se deitam no chão, sôbre a palha. As mulheres usam sempre vestidos de côr. Os que habitam no interior desconhecem a moeda e permutam os objectos, ou então pagam com pedaços de prata cortados de uma lâmina (¹⁰⁵). Os condenados à morte são precipitados do alto dos rochedos. Os parricidas, levados para longe, são mortos à pedrada. Contraem o casamento segundo o rito grego. Colocam os doentes à margem dos caminhos, para que os transeuntes dêem seu parecer e conselho sôbre a doença. No tempo de Bruto usavam ainda barcos de couro, com os quais navegavam nas lagoas, ou em ocasião de cheias e inundações; porém, actualmente, até o uso dos barcos cavados em troncos de árvores já é raro. Tal é a vida dos montanhesees entre os quais os do Norte da Hispânia, como os Calaicos, Ástures, Cântabros, até aos Vascões e Pireneus."

Se não soubéssemos a que povos se referia esta descrição, nem conhecêssemos o nome do seu autor, poderíamos julgar, ao ouvi-la, que se descrevia a vida de qualquer povo actual da selva africana, no mais atrasado grau de civilização e cultura. De facto, os costumes dos selvagens de hoje, dos chamados *primitivos actuais*, constituem, por assim dizer, uma ressurreição da vida simples dos nossos antepassados prè- e proto-históricos, dêsse estado rudimentar de cultura, pelo qual aliás passaram também os povos mais civilizados da actualidade.

O quadro etnográfico que acabamos de reprodu-

zir da GEOGRAFIA de Estrabão, e que êste certamente extraiu de Políbio, abrange portanto os citanienses de Briteiros, e tôdas essas tribus ou agrupamentos familiares sob o domínio de um chefe, que habitaram os numerosos castros desta região do Noroeste da Península. Resta-nos completá-lo aqui, fazendo passar no quadro das projecções alguns aspectos da nossa monumental Citânia, que, com justificado orgulho, poderemos considerar uma das mais notáveis estações arqueológicas da Península Hispânica, lugar de grandiosas evocações para sempre ligado ao nome imortal de Martins Sarmiento.

Dentro em breve, os estudantes que me escutam, ao visitarem o Museu desta Sociedade e as ruínas venerandas da Citânia, terão ocasião de apreciar melhor aquilo que eu não lhes soube descrever com a intensidade de côr, de movimento e de vida, que é preciso imprimir às palavras, para que elas tenham a magia de ressuscitar o que desapareceu há tantas centenas de anos, se perdeu na poeira dos séculos, e se varreu da memória dos homens.

Mas, apesar de descoloridas, sempre as minhas palavras vos hão-de, pelo menos, despertar um interesse mais aliciante, ao observardes, nas galerias do nosso Museu Arqueológico, os singelos objectos que saíram das mãos desses humildes artistas da Citânia — as modestas vasilhas de barro, que o oleiro modelou e decorou amorosamente; os numerosos artefactos miúdos, de ferro ou de bronze, como braceletes, anéis, fíbulas, pulseiras, contas de colar, alfinetes do toucado, em suma — tôdas essas pequenas futilidades com que se enfeitava e compunha a esbelteza selvagem das mulheres de outrora; armas para a guerra; instrumentos de trabalho; pesos de barro, que pendiam do linho dos teares; pedras ornamentadas, com desenhos e entrelaços de um estilo inconfundível⁽¹⁰⁶⁾; mós manuais, que trituravam grosseiramente a farinha; rudes pias de granito, onde se alimentaram animais caseiros; singelas lâmpadas de argila, ainda ennegrecidas da chama, votiva e sagrada, que nelas ardeu; balsamários que contiveram óleos impregnados do perfume das plantas silvestres; grandes estelas funerárias, que perpetuaram

a lembrança dos mortos queridos; aras tôscas de pedra, dedicadas, como oferenda, aos deuses manes e tutelares.

XI — As nossas origens, a nossa História e o sentimento de Pátria. Exortação à Mocidade

Estudantes do Liceu de Martins Sarmiento:

Aprendei a respeitar e a admirar estes monumentos do nosso longínquo passado, porque, em sua singeleza e sóbria humildade, êles têm para nós, os portugueses de hoje, um alto significado, pois são o testemunho, incontestável e eloqüente, da pura e remotíssima ascendência donde vimos, e da integridade de uma raça antiga e forte, que soube manter-se, através dos séculos, fiel às suas tradições, à sua liberdade, ao seu espírito de independência. A propósito das dificuldades da demonstração da continuidade étnica entre os Lusitanos, que pela sua importância histórica devemos considerar os legítimos representantes da grande massa démica primitiva do território, e os Portugueses de hoje, diz o Sr. Dr. Mendes Correia: «Mas não há já alguma coisa de positivo no que se conclue? Não surgem, pelo menos, com nitidez a individualidade e o brioso sentimento de independência dos velhos habitantes dos castros portugueses? ¿Não constitue êsse facto um forte estímulo para o tradicionalismo étnico, um incentivo para um patriotismo que a tão longínquas eras pode ir buscar as suas raízes mais seguras?» (107).

Aprendei pois a conhecer a vossa Pátria, porque tanto melhor a servireis e amareis, quanto mais profundamente a conhecerdes. E é precisamente em vós, Mocidade portuguesa de hoje, educada pelos nobres ideais em que os povos que querem viver, livres de escravidões internacionalistas, temperam as suas energias, é na geração que se está formando que Portugal há-de encontrar definitivamente a fôrça e a coesão precisas para voltar a trilhar no mundo, os caminhos gloriosos de que um dia se transviou e perdeu.

Considerai, quando formos em romagem de estudo e de civismo a essas sagradas ruínas da Citânia, quanto é antigo o solar português, testemunho real

da nossa fé, da nossa união, da nossa tenacidade indomável, do nosso afinho e amor à terra, da nossa soberania de povo livre, que livremente deseja continuar a viver. Nessas ruínas, que chegaram até nós, se criaram os primeiros agregados sociais, que haviam de gerar, no decorrer dos séculos, a Pátria portuguesa, formada por uma grei pequena, mas rebelde por índole ao jugo estranho. Enquanto, ainda hoje, alguns povos, sem faculdades de reacção e de livre escolha dos seus destinos, arrastando-se num fatalismo ancestral, aceitam, sem revolta, como rebanhos inconscientes, autocracias odiosas — mostrarei vós com orgulho, moços de Portugal, sempre que seja necessário afirmá-lo, que já não é possível destruir na vossa alma o sentimento de Pátria, da nossa Pátria, porque nêle está a garantia eterna das nossas liberdades e direitos.

Dentro dos princípios nacionalistas, que hoje constituem a base da ordem e a garantia do trabalho nos países, como a Itália e a Alemanha, que poderosamente revelam a sua vitalidade, penso eu que todos em Portugal caberemos também, fraternal e alegremente, e para todos chegará o pão, sem necessidade de punhos erguidos, nem de crimes e atrocidades para o obter. Esses princípios, que entre nós não revestem um carácter imperialista ou agressivo, têm por alicerce a Pátria e a Família, o respeito das liberdades públicas, o respeito das hierarquias e da escala dos valores sociais, das crenças individuais e dos conceitos basilares da moral cristã. Tais princípios não são, nem devem ser, de modo algum, a negação das conquistas democráticas e liberais do nosso tempo, no seu mais nobre significado, isto é — quando essas conquistas, como na livre mas tradicionalista Inglaterra, não deturpam a ideia de Liberdade, e a não confundem com anarquia demagógica. Os princípios nacionalistas não negam, nem são antagónicos dos princípios puramente republicanos, porque, na essência, todos êles servem a Nação⁽¹⁰⁸⁾. Porém, esta palavra República há-de interpretar-se, não no sentido intolerante e restrito de uma simples fórmula burocrática de governo, mas depurada e reconduzida à sua grandeza primitiva, isto é — tomada por sinónimo de *coisa pública*, de

património colectivo e de interêsse comum, traduzido na legenda lapidar "TUDO PELA NAÇÃO", e não como letreiro de ignomínia ou bandeira de guerra de um estado de desordem e de licença, de arbítrio e de irresponsabilidade, de inversão de valores pelo predomínio feroz dos incompetentes, de preponderância, em suma, dos instintos brutais sôbre a razão, a bondade e a consciência humanas. Para nós, servir a República, não é, e nunca o foi, servir facciosos — é servir a Nação. Mas, para isso, necessário se torna possuírmos uma formação moral, e termos direito à categoria de *cidadãos*, cumprindo os nossos deveres sociais, mantendo a devoção pelo trabalho e pelo respeito mútuo, não vivendo das flutuações da baixa política de interêsses pessoais, nem pretendendo derrubar o existente, sem aptidão nem inteligência para alguma coisa de útil reconstruírmos sôbre as ruínas do passado. Prêgar a violência, para defender direitos individuais, com desconhecimento ou desprezo dos mais elementares deveres colectivos, é a negação do próprio sentido das liberdades públicas.

Portanto, meus Amigos, se algum dia vos tentarem envenenar o espírito com propagandas dissolventes e funestas ideias, infelizmente bastante espalhadas nos meios académicos, que se proponham cingir no mesmo abraço a Humanidade inteira, mas repudiem os mais nobres sentimentos humanos, derrubando fronteiras e apagando o fogo do vosso lar, — lembrai aos vendilhões da Pátria, aos serventuários da demagogia, da plutocracia e do judaismo internacional, que a Humanidade, como corpo solidário, como agregado social, não tem realidade objectiva, é uma abstracção explorada pelos falsos defensores do povo⁽¹⁰⁹⁾. O que existe são raças humanas, cuja concorrência pacífica na luta vital impulsiona a civilização; e, dentro dessas raças, povos diversos, que embora, muitas vezes, animados de um sentido universalista da vida, nas suas mútuas relações, conservam forçosamente a sua estrutura própria, suas características étnicas diferenciadas, sua mentalidade inconfundível, sua linguagem, seus costumes e tradições, suas crenças, seu ambiente geográfico, sua terra e seus mares. Sob êste conceito eterno devemos encerrar a noção de PÁTRIA, essa realidade viva e dinâmica

que a História nos mostra, em tôda a sua grandeza, no espaço e no tempo, e os monumentos mais remotos, em que ela assenta as suas bases, nos confirmam também, como acabo de vos demonstrar e fazer sentir.

NOTAS (*)

(¹) Foi o arqueólogo alemão João Winckelmann (1717-1768) o primeiro que subordinou o estudo das antiguidades a um método científico.

(²) Louis Capitan, «La Préhistoire», Paris, 1925, p. 3.

(³) O cálculo provável da duração dos períodos pre-históricos é feito pela adopção de cronómetros *astronómicos, geológicos*, etc. Nesta última espécie incluem-se os cronómetros baseados no estudo da duração, extensão e efeitos dos fenómenos glaciários, a que adiante nos referiremos.

(⁴) A «História de Portugal», de Fortunato de Almeida, bem como a Edição monumental publicada em Barcelos, sob a direcção do Prof. Damião Peres, já incluem, sobretudo esta última, uma parte suficientemente vasta sobre a nossa pre-história. Não são, todavia, obras manuseáveis e puramente didácticas ou de índole escolar.

(⁵) A monografia mais detalhada destas ruínas foi editada pela Sociedade M. S., com subsídios do Ministério da Educação Nacional e do Instituto para a Alta Cultura («Citânia e Sabroso» — Notícia descritiva — por Mário Cardoso, Guimarães, 1.^a ed. - 1930, 2.^a ed. - 1938). Contém a citação bibliográfica dos principais trabalhos e referências a esta estação clássica portuguesa.

(⁶) O Liceu de Guimarães tomou a designação de *Liceu de Martins Sarmiento* desde o ano de 1919 (Decr. n.º 5096, publicado no «Diário do Governo», de 13-1-1919, n.º 8, 1.^a série).

(⁷) Os primeiros escritores portugueses que, do século XVI em diante, começaram a referir-se às antiguidades nacionais foram

(*) Posteriormente à leitura da palestra, tomámos a resolução de a dar à publicidade, pelo que julgamos útil e oportuno aumentá-la e documentá-la com estas anotações elucidativas, condensadas no final do texto.

o grande humanista André de Resende, o Dr. João de Parros, Amador Arrais, Fr. Bernardo de Brito, Gaspar Estação, Pereira de Novais, P.^e Carvalho da Costa, Contador de Argote, Fr. Manuel do Cenáculo, e outros estudiosos.

(⁸) O primeiro Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia pre-histórica teve lugar em Spezia, em 1865. O 9.^o e o 15.^o tiveram lugar em Portugal, respectivamente em 1880 e 1930.

(⁹) Sôbre a fundação do Museu da Soc. M. S. veja-se o «Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento», parte I, Guimarães, 1935, por nós elaborado.

(¹⁰) A obra de Martins Sarmento consta dos volumes *ORA MARITIMA* (1.^a ed. — 1880, 2.^a ed. — 1896) e *OS ARGONAUTAS* (1887); de alguns opúsculos, e de cêrca de 80 artigos científicos, publicados em diversas revistas e jornais, hoje reunidos, por iniciativa da Sociedade, em colectânea editada pela extinta Imprensa da Universidade de Coimbra (*DISPERSOS*, Coimbra, 1933). Finalmente, de numerosos mss. inéditos, que aguardam selecção e publicação e se conservam no Arquivo de reservados da Soc. M. S.

(¹¹) O monumento, cujo projecto é do Escultor António de Azevedo, Director da Escola Industrial de Guimarães, foi levantado a expensas da Câmara Municipal desta cidade. A Soc. M. S., subsidiada pelo Ministério da Instrução Pública e pela Junta de Educação Nacional, promoveu igualmente, nesta comemoração do Centenário do insigne vimaranense, a publicação de uma obra monumental de *HOMENAGEM A MARTINS SARMENTO*, na qual colaboraram com artigos científicos muitos dos maiores investigadores da actualidade, tanto nacionais como estrangeiros.

(¹²) A Biblioteca Pública da Soc. M. S. conta hoje para cima de 40.000 volumes, muitos dêles exemplares raros do séc. XVI. Possui numerosos manuscritos, entre os quais alguns códices de grande valor. Anexa a esta, encontra-se a Biblioteca Municipal, e uma Sala de leitura com numerosos jornais e diversas revistas de Cultura. A *REVISTA DE GUIMARÃES*, órgão da Soc. M. S., fundada em 1884, conta hoje 48 volumes.

(¹³) O Prof. Obermaier não é de opinião que se abranjam estas modalidades pela designação geral de *mesolítico*, dizendo que elas não representam de facto uma transição natural e progressiva do paleolítico para o neolítico (vidê «El hombre fósil», Madrid, 1925, 2.^a ed., p. 361). Sôbre êste período cultural veja-se, E. Octobon, *Le Mésolithique — Essai de classification chronologique*, in «Compte-rendu do XV Congresso I. A. A. P.», Portugal, 1930, p. 326 e ss.

(¹⁴) De modo geral, tôda a classificação apresentada no desenvolvimento do parágrafo IV se refere principalmente à Europa.

(¹⁵) Vidê Santos Rocha, *A protohistória em Portugal*, in «O Arqueólogo Português», vol. XIV, p. 257.

(16) Reportamo-nos à divisão clássica destes períodos, apesar de modernamente ela apresentar já variações profundas, que vieram alterar a simplicidade da sistematização inicial. Assim, para Henri Breuil, o sábio Prof. do Instituto de Paleontologia Humana, de Paris, as indústrias do Paleolítico inferior, ou antigo, na Europa ocidental, separam-se em duas modalidades distintas: instrumentos obtidos de simples estilhaços toscos, ou lascas de sílex, e instrumentos bifaces, isto é, retocados nas duas faces, por vezes designados *machados* ou *coups-de-poing*. Os primeiros são característicos das proximidades dos períodos glaciários, os segundos dos interglaciários; todavia, por vezes se confundem e sobrepõem algumas destas variedades, em idêntico nível geológico. De modo que, para o Abade Breuil, a ordem de sucessão destas indústrias, das mais antigas para as mais modernas, e sua respectiva designação, deve ser a seguinte: Indústria de *Ipswich* (Inglaterra), *Chelense*, ou melhor, *Abbevillense* (da estação de Abbeville, na foz do Somme, mais antiga que a de Chelles, que deu apenas um acheulense evolucionado), *Clactonense* (de Clacton-on-Sea, Inglaterra), *Acheulense*, *Levalloisense* (Levallois, cêrca de Paris), *Micoquense* (estação de La Micoque, Dordonha), *Tayacense* (Tayac, Dordonha) ou mustierense antigo; e finalmente o *Mustierense*. (Vidè, H. Breuil, *Le Paléolithique ancien en Europe occidentale et sa chronologie*, in «Bulletin de la Soc. Préhist. Française», Le Mans, N.º 12 de 1932, e H. Obermaier, *Las formaciones de loess na Europa y su importancia para la cronologia del hombre fósil*, in «Investigación y Progreso», Madrid, 1935, p. 193).

(17) José Pérez de Barradas, *Los problemas del Paleolítico superior madrileño*, in «Investigación y Progreso», Madrid, 1934, ano VIII, p. 249.

(18) Chamam-se *concheiros*, ou *kiökkenmöddings* (palavra dinamarquesa), montículos mais ou menos extensos, remontando aos tempos pre-históricos (mesolítico), constituídos em grande parte de restos, ou rebotalhos de cozinha, nos quais se encontram, conglomeradas, valvas de moluscos, vértebras de peixes, ossos de animais e humanos, exemplares da indústria lítica, etc. Os concheiros mais bem caracterizados que se conhecem em Portugal são os de Muge, na Extremadura, descobertos e estudados por Carlos Ribeiro e Pereira da Costa, em 1863, estudados em seguida por Paula e Oliveira (1864-65), e recentemente pelo Prof. Mendes Correia, da Universidade do Pôrto. Vidè, por exemplo, dêste A., *Les nouvelles fouilles à Muge*, in «Compte-rendu» do XV Congresso I. A. A. P., Paris, 1933, e *Novos elementos para a cronologia dos concheiros de Muge*, in «Anais da Fac. de Ciências do Pôrto», t. XVIII, Pôrto, 1934; R. Serpa Pinto, *Notas sôbre a indústria microlítica do Cabeço da Amoreira (Muge)*, Comunicação apresentada ao Congresso da «Asociación Española para el Progreso de las Ciencias», Madrid, 1932.

(19) Em 1907, já a indústria dêste tipo fôra assinalada, embora não classificada então, na costa sudoeste da França, junto a Biarritz.

(²⁰) Conde de la Vega del Sella, «El Asturiense», Madrid, 1923.

(²¹) Os trabalhos de Serpa Pinto sôbre o Asturiense são: «O Asturiense em Portugal», Pôrto, 1928; «Nótulas Asturienses» (I-II-III), Pôrto, 1929-30-31, e «Bibliografia do Asturiense», Pôrto, 1930. Neste último opúsculo se encontra a citação dos principais trabalhos de nacionais e estrangeiros que se ocuparam dêste problema.

(²²) Em face de alguns fragmentos de barro encontrados nos concheiros de Muge, o Prof. Mendes Correia admite para a origem da indústria cerâmica uma maior antiguidade (vidê «Revue Anthropologique», Paris, 1933, p. 288). Obermaier é de opinião que outros achados em condições semelhantes mostram apenas que se trata de cerâmica pre-histórica, sem dúvida, mas que, devido ao revolvimento dos terrenos, penetrou acidentalmente em níveis mais antigos. A humilde baixela do homem primitivo constaria apenas de conchas, calotes cranianas, odres, cabaças, tejas de madeira, etc. Nem a sua vida instável lhe permitiria a adopção de recipientes mais frágeis. (Vidê «El hombre fósil», Madrid, 1925).

(²³) A Península Ibérica, por exemplo, é bem o espelho destas oscilações culturais. Ela foi em parte a criadora da primeira grande civilização humana, no Paleolítico superior, em que a arte animalista atingiu o apogeu (grutas de Altamira, etc). Decai seguidamente até ao Neolítico final. Novo florescimento durante o Eneolítico e o Bronze inicial (expansão da cultura do vaso campaniforme), seguido de nova decadência, no Bronze final e período de Hallstatt. Ressurge, finalmente, com a introdução da cultura céltica pósthallstática, para alcançar novas culminâncias durante a cultura castreja, até à dominação romana.

(²⁴) Bosch Gimpera, *Le néo-énéolithique en Europe Occidentale et le problème de sa chronologie*, in «Revue Anthropologique», 1930, p. 244, e in «Trabalhos da Soc. Port. de Antrop. e Etnologia», Pôrto, 1928, vol. III, p. 278; Nils Aoberg, «La civilisation énéolithique dans la Péninsule ibérique», Uppsala, 1921; etc. Sôbre o neolítico em Portugal é muito importante a Memória n.º 27 da «Comision de Investigaciones paleontologicas y prehistoricas», por Vergílio Correia, *El Neolítico de Pavia (Alentejo — Portugal)*, Madrid, 1921.

(²⁵) Vidê G. Wilke, *Südwesteuropäische Megalith-kultur und ihre Beziehungen zum Oriente*, in «Mannusbibliothek», n.º 7, Würzburg, 1912.

(²⁶) Sôbre a cultura do vaso campaniforme existe uma extensa bibliografia. Um dos investigadores que mais cuidado dedicou ao seu estudo foi Albert del Castillo. Veja-se dêste A.: *La cerámica incisa de la cultura de las cuevas de la Península Iberica e el problema de origen de la especie del vaso campaniforme*, in «Anuario de la Universidad de Barcelona», Barcelona, 1922; «La cultura del vaso campaniforme. Su origen y extensión en Europa», Barcelo-

na, 1928. São também fundamentais: M. Santa-Olalla, *Ceramica incisa y ceramica de la cultura del vaso campaniforme en Castilla la Vieja y Asturias*, in «Anuario de Prehistoria Madrileña», Madrid, 1930, vol. I, p. 97, e o art.º «*Glockenbecherkultur*», in «Reallexikon der Vorgeschichte», de Ebert (Berlin, vol. IV, 1926). Sôbre a bibliografia da cerâmica da Penha (Guimarães) vidè a nossa Comunicação *Novas urnas de largo bôrdo horizontal*, Sep. dos «Trabalhos da Soc. Port. de Antrop. e Etnologia», Pôrto, 1936, p. 25, nota 1.

(27) Siret, «Las primeras edades del metal en el sudeste de España», Barcelona, 1890; «L'Espagne préhistorique», Bruxelles, 1893, e «Questions de chronologie et d'ethnographie ibériques», Paris, 1913; M. Santa-Olalla, *Nuevos limites de expansión de la cultura de Almería*, in «Universidad», Saragoça, 1930.

(28) Vidè Luis Pericot, «La civilización megalítica catalana y la cultura pirenaica», Barcelona, 1925.

(29) Vidè Estácio da Veiga, «Antiguidades monumentais do Algarve», Lisboa, 1889, vol. III, cap. III, p. 131 e ss., est. X, XIII, XVII, etc.; Leite de Vasconcelos, «Religiões da Lusitania», vol. I, p. 299 e ss.

(30) Vidè Bosch Gimpera, *La Edad del Bronce en la Península Iberica*, in «Investigación y Progreso», 1932, p. 145.

(31) Vidè Angel del Castillo, «Hachas de bronce de talón», La Coruña, 1927; R. Serpa Pinto, *Explotaciones mineras de la Edad del Bronce en Portugal*, in «Investigación y Progreso», 1933, p. 177, e *Activité minière et métallurgique pendant l'âge du bronze en Portugal*, sep. do tómo XVIII dos «Anais da Faculdade de Ciências do Pôrto», Pôrto, 1933, p. 10 e ss.

(32) Sôbre a necessidade de simplificar as classificações da Prè-história, que se multiplicam e complicam incessantemente com novas descobertas, revelando novas categorias de cultura, às quais nem sempre se deveria talvez atribuir uma individualidade e correspondente valor cronológico, leia-se a nota de J. Toutain, *Les grandes périodes de l'âge préhistorique*, in «Compte-rendu do XV Congresso I. A. A. P.», Paris, 1931, p. 694. Vejam-se também os vários quadros gerais de classificação, cronologia e sincronismos pre-históricos e geológicos, estabelecidos por Mortillet, Rutot, Déchelette, Boule, Breuil, Hue, etc., in *Manuel de recherches préhistoriques*, publ. par la «Soc. préhist. française», 2.ª ed., Paris, 1929.

(33) Vidè: Ginfrida-Ruggeri, «Su l'origine dell'Uomo», Bologna, 1921; M. Boule, «Les hommes fossiles», Paris, 1923 (2.ª ed.); R. Verneau, «Les origines de l'Humanité», Paris, 1925; Obermaier, «El hombre fósil», Madrid, 1925 (2.ª ed.); H. Weinert, «Ursprung der Menschheit», Stuttgart, 1932; J. de Morgan, «L'humanité préhistorique», Paris, 1923; etc.

A debatida questão da existência do homem no periodo terciário, levantada nos começos da segunda metade do século passado, encontrou sempre uma contradita e uma resistência tenaz à sua

comprovação da parte da maioria dos investigadores. Os célebres *eolitos* (do grego *eos*, aurora), que eram toscos fragmentos de sílex e quartzite, descobertos no seio de terrenos terciários, e nos quais alguns sábios, como Carlos Ribeiro, Bourgeois, Rames, Rutot, etc., queriam ver um produto da indústria humana, parece que não passavam de elementos fracturados pelos agentes naturais, como a oxidação, a brusca mudança de temperatura, etc.

(³⁴) Pode abordar-se francamente o problema da evolução fisiológica do homem, sem que para tal haja necessidade de nos confinarmos num estreito critério negativista em matéria de Fé e Creacionismo. A Ciência não é antagónica da Religião, e as crenças de cada um podem conciliar-se sempre com as mais avançadas teorias e descobertas científicas. Com justo raciocínio pondera o Sr. Prof. Mendes Correia que “não excluindo criações, como a da própria vida ou como o que há de inovador no pensamento humano; não excluindo o que no finalismo da vida há de prodigioso e ainda inexplicado sem a intervenção de forças misteriosas, irredutíveis às fórmulas simplistas dos mecanistas — o transformismo não se opõe ao culto dos valores espirituais que emancipam o homem da mísera condição animal do seu corpo, e o erguem acima das realidades mesquinhas, acima do mundo sensível, para além do espaço, para além do tempo, na aspiração simultaneamente ansiosa e confortante, do Infinito e do Eterno.” (M. Correia, *A controvérsia transformista*, in «Da Biologia à História», Pôrto, 1934, p. 11).

(³⁵) Explorações realizadas há poucos anos em Chu-Ku-Tian (China), deram vários crânios fósseis de um tipo humano, baptizado com o nome de *Sinanthropus pekinensis*, que faz lembrar o homem do Neanderthal (vidê «Revue Archéologique», Paris, 1930, t. 31, p. 167, e notícia *L'homme tertiaire en Chine*, dada em «L'Illustration», Paris, 1937, n.º 4899, p. 109). Chegou a supor-se que se tratava realmente do homem terciário. Porém, a sua verdadeira situação geológica está determinada — o quaternário inferior. O aparecimento do homem terciário na China, viria assim reforçar os estudos científicos da missão americana Andrews, que nas expedições realizadas em 1922-23 e 25 ao deserto de Gobi, concluiu que a Asia Central teria sido o berço de toda a vida animal, pois num período da evolução geológica do globo em que a Europa e a América não haviam ainda emergido dos oceanos, já a Mongólia, na região dos Montes Altai e no deserto de Gobi, seria um planalto, com férteis campinas, extensas florestas e um clima temperado. A hipótese de um único berço da Humanidade opõe-se a teoria do *ologenismo* (vidê G. Montandon, «L'Ologenèse humaine», Paris, 1929), que pretende que a espécie humana tenha aparecido simultaneamente numa grande parte da terra. De facto, apesar de todo o arcaísmo revelado nos restos fósseis do tipo neanderthaloide, o certo é que eles se encontram, já nesse momento geológico, singularmente espalhados nas mais distantes regiões do globo — na Europa ocidental, na Africa Central (Rhodésia), na Ilha de Java, na China.

(³⁶) Notícias recentes dão a descoberta, pelo Dr. van Koenigswald, chefe dos Serviços geológicos das Indias Orientais

Holandesas, de um novo crânio de um homem primitivo de Java (vidè «L'illustration» de 22-1-1938, p. 111, *Nouveaux restes de pithecanthrope découverts à Java*), que era conhecido apenas através dos escassos restos ósseos encontrados por Eugénio Dubois, de 1890 a 94, reveladores do grande *primata* baptizado com o nome de *pithecanthropus*. Este primata ficou ocupando na escala zoológica o lugar de intermediário entre os grandes símios e o homem. Intermediário *estruturalmente*, entenda-se, e não forçosamente sob o ponto de vista da *descendência*, visto que êle podia ter derivado de um ramo lateral dos primatas, distinto do ramo que, por evolução directa, deu o homem.

(37) Vidè «Manuel de recherches préhistoriques», publ. par la Soc. Préhist. Française, 2.^{me} éd., Paris, 1929, p. 13.

(38) Vidè: Dechelette, «Manuel de Arch.», tómo I, p. 268; Maurice Besson, «Le Totémisme», Paris, 1929. Por muito tempo se adoptou a tese de Salomon Reinach, que interpretava estas pinturas como manifestações de *totetismo*. *Totem* (palavra dos índios da América do Norte) significa o ente tutelar da tribu, geralmente um animal, que dispunha de virtudes e poderes sobrenaturais (S. Reinach, «Cultes, Mythes et Religions», Paris, 1905, t. 1). Hoje aquela hipótese de Reinach vai caíndo em desuso, considerando-se os desenhos e pinturas da arte quaternária *magias de caça* (vidè H. Obermaier, «El hombre fósil», Madrid, 1925, p. 273; P.^e E. Jalhay, *O significado da arte animalista quaternária*, in «Brotéria», vol. XXVI, Lisboa, 1938, p. 309 e ss.).

(39) Vidè Salomon Reinach, «Répertoire de l'art quaternaire», Paris, 1913; Breuil et Cartailhac, «La caverne d'Altamira», 1906, e Breuil, Capitan e Peyrony, «La caverne de Font de Gaume», 1910; H. Kühn, «Kunst und Kultur der Vorzeit Europas — Das Paleolithicum», Berlin, 1929; Paul Wernert, *La signification unitaria de las cuevas del arte paleolítico*, in «Investigacion y Progreso», Madrid, 1935, p. 201; H. Alcalde del Rio, *Las pinturas y grabados de las cavernas prehistoricas de la Provincia de Santander*, in «Portugalia», Pôrto, 1905-08, vol. II, p. 137 e ss.; etc.

(40) Vidè Obermaier, «El hombre fósil», Madrid, 1925, p. 114 e nota 1.

(Continua).

MÁRIO CARDOZO.